

# **O POTENCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA CRUZ EM BARREIRINHAS-MA PARA O AFROTURISMO E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Cássia Santos Silva<sup>1</sup>; Laise Silva Sousa<sup>2</sup>; Debora Rodrigues de Oliveira Serra<sup>3</sup>; Monique de Oliveira Serra<sup>4</sup>

## **Resumo**

O afroturismo, como segmento do turismo, e o turismo de base comunitária, como forma de gestão da atividade, têm se desenvolvido em alguns territórios quilombolas e se tornado estratégicos para a sua valorização e avanço na luta por seus direitos. Nesse sentido, o estudo em tela tem como principal objetivo analisar o potencial para o desenvolvimento do afroturismo e do turismo de base comunitária na Comunidade Quilombola Santa Cruz, em Barreirinhas-MA. Tratando-se de um levantamento com enfoque exploratório e de abordagem qualitativa, seus resultados mostram que os moradores compreendem a necessidade do seu protagonismo no desenvolvimento da atividade turística, ao passo que, em relação ao afroturismo, os elementos identificados por seu vínculo com a ancestralidade africana local estão em processo de invisibilização.

**Palavras-chave:** Afroturismo. Turismo de Base Comunitária. Povoado Santa Cruz.

## **Introdução**

Barreirinhas, município maranhense, é o principal portal de entrada para os Lençóis Maranhenses, região reconhecida pela Unesco, em 2024, como Patrimônio da Humanidade. Seu território abriga comunidades quilombolas, a exemplo do Povoado Santa Cruz, foco da presente pesquisa.

Com enfoque exploratório e caráter qualitativo, este estudo se justifica pois, apesar de seu reconhecimento pela Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios para afirmar suas existências, utilizando diversas estratégias, inclusive por meio do turismo, protagonizando o seu desenvolvimento e a sua gestão, com o chamado Turismo de Base Comunitária – TBC, e atuando no segmento do afroturismo, também conhecido como turismo afrocentrado.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o potencial para o desenvolvimento do afroturismo e do TBC na Comunidade Quilombola Santa Cruz, em Barreirinhas-MA.

## **Metodologia**

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFMA Campus Barreirinhas; E-mail: cassia.silva@acad.ifma.edu.br.

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFMA Campus Barreirinhas; E-mail: laise.s@acad.ifma.edu.br.

<sup>3</sup> Dr<sup>a</sup> em Geografia (UFPA). Docente do IFMA Campus Barreirinhas; E-mail: debora.serra@ifma.edu.br.

<sup>4</sup> Dr<sup>a</sup> em Turismo (UFRN). Docente do IFMA Campus Barreirinhas; E-mail: monique.serra@ifma.edu.br.

Esta pesquisa se classifica como um levantamento com enfoque exploratório, que, conforme Gil (1994, apud ABREU & LIRA, 2022), utiliza o conhecimento dos pesquisadores acerca do tema para descobrir características não explicitadas. Tem abordagem qualitativa e foi realizada por meio dos seguintes procedimentos:

- Revisão de literatura e pesquisas documental e eletrônica referentes ao afroturismo, TBC e territórios quilombolas.
- Trabalho de campo para a coleta de dados qualitativos por meio de:
  - Participação nas duas edições da Feira Cultural Quilombola, realizadas no Casarão do Povoado Santa Cruz, nos dias 15 de setembro de 2024 e 27 de junho de 2025, buscando estabelecer contato com moradores, identificar produtos ofertados e realizar registros fotográficos;
  - Visita à comunidade, realizada em agosto de 2025, associada a aula de campo da disciplina de História para conhecer o casarão, o prédio da agroindústria, uma casa de farinha e alguns balneários.
  - Entrevistas com quatro lideranças da comunidade, membros da Associação Comunitária dos Agricultores do Povoado Santa Cruz, bem como com um morador antigo da comunidade, realizadas entre os meses de junho e julho de 2025, utilizando roteiros com questões semiestruturadas, realizadas de modo presencial e remoto, de acordo com a preferência do entrevistado.
  - Roda de conversa realizada em 17 de julho de 2025, no povoado, mediada pelos pesquisadores e registrada por áudio e vídeo, buscando promover um diálogo entre os participantes abordando as possibilidades de desenvolvimento do afroturismo e do TBC na comunidade. O convite foi feito para toda a comunidade, mas houve a participação de apenas nove moradores.

Para manter em sigilo os nomes dos entrevistados e participantes da roda de conversa, eles serão identificados pelos seguintes códigos:

- E1 A E4: entrevistados como lideranças comunitárias (ordem cronológica 1 a 4);
- E5: entrevistado como morador antigo;
- RC1 a RC9: participantes da roda de conversa (ordem cronológica de 1 a 9).

## **Resultados e Discussão**

O município de Barreirinhas tem desenvolvido a atividade turística com foco nos Lençóis Maranhenses, área com cerca de 155 mil hectares de dunas e lagoas, reconhecida pela UNESCO, em 2024, como Patrimônio Natural da Humanidade.

Este reconhecimento, porém, reforça a promoção deste lugar como destino turístico de natureza, com pouco destaque para os elementos históricos, culturais e sociais que caracterizam a população local, constituída de mais de 65.000 habitantes (IBGE, s/d), parte dela em povoados certificados como localidades quilombolas, segundo dados da Fundação Palmares, dentre elas a Comunidade Quilombola Santa Cruz, certificada por meio da Portaria nº 104, de 16 de maio de 2016.

Todavia, a sua titulação encontra-se em processo, sob o número 54230.000886/2013-30, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA<sup>5</sup>.

Para o referido decreto, em seu artigo 2º, são remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. O direito à titulação das suas terras, por sua vez, está disposto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no art. 68º do ADCT: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Conforme SOUZA (2008, P. 78):

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consangüinidade e o parentesco, e vinculam-se a idéias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação.

Assim, a identidade quilombola não é apenas biológica, mas sim um sentimento de pertencimento construído socialmente. É a vivência em comum e a luta por direitos que une as pessoas em comunidades.

Quanto à Comunidade Quilombola Santa Cruz, E3 relata que apenas parte dos moradores do povoado se reconhece como quilombola, enquanto os demais atuam para que, assim como eles, as futuras gerações também não se reconheçam. Há, porém, moradores antigos que contam histórias ocorridas no período da escravidão, dentre elas,

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processosabertos.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2025.

a de um lugar chamado “Espera Negra”, onde se escondiam escravizados em fuga.

Observa-se a carência de pesquisas e de publicações oficiais sobre a história do Povoado Santa Cruz, bem como de um levantamento de elementos relacionados a sua cultura. De todo modo, convém destacar as informações apresentadas por Ataíde Júnior (2015), que indicam a importância deste lugar para a formação do município. O autor afirma que a Fazenda Santa Cruz deu nome ao lugar, sendo o segundo mais antigo povoado de Barreirinhas. Ainda sobre a fazenda, ela era, conforme o autor, “um importante ponto comercial, onde grandes embarcações atracavam e descarregavam produtos para abastecer todo o território” (ATAÍDE JUNIOR, 2015, p. 58).

Apesar de sua importância histórico-cultural, não se observam ações ostensivas para a sua valorização. A comunidade, porém, em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e em parceria com o Instituto Federal do Maranhão – IFMA e com a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTURDE, realizou, nos anos de 2024 e 2025, a Feira Cultural Quilombola, na área onde se localiza o antigo casarão, também chamado de casa grande, pertencente à família Godinho, de origem portuguesa. O evento indica a busca da comunidade por sua autovalorização.

Nesta perspectiva, alguns lugares estão desenvolvendo o chamado afroturismo, segmento que conecta o turismo com a educação e a necessidade de dar voz e protagonismo à população negra no momento de apresentar sua própria cultura, combatendo a invisibilidade histórica. Para Batista Neto (2022, p.41-42):

É necessário garantir o vigor da Lei nº 10.639/03, que em sua gênese visa a transmissão da história afro-brasileira, africana, para além dos limites escolares [...]. É de suma importância o protagonismo negro sobre os empreendimentos do segmento afroturismo como respaldo ao lugar de fala e representatividade, assim como no etnoturismo, no qual se detém o fazer turístico aliado aos princípios e ordenamento das comunidades indígenas. É urgente modificar o vocabulário nesse quesito de não se aderir ao turismo étnico-afro, e sim ao Afroturismo, como afirmação e assentamento das raízes afro-brasileiras.

Sahaidak (2010, p.2), afirma que:

Analisando as apresentações e manifestações culturais de um grupo quilombola, percebe-se o interesse de tal comunidade em aprofundar conhecimentos de antepassados que foram perdidos no tempo, assim como a vontade de passar um pouco de sua história aos visitantes, que buscam um contato com o novo.

Desta forma, no afroturismo, a comunidade tem a possibilidade de aprender mais

sobre sua própria história e, ao mesmo tempo, compartilhar essa história com os visitantes, que estão buscando algo novo. O turismo representa, assim, uma porta para o conhecimento e para a valorização da identidade da comunidade.

Nesse sentido, durante as entrevistas, foi destacado por E2, que o Povoado Santa Cruz tem um grande potencial para o afroturismo, devido a sua história, ao antigo casarão e ao artesanato como símbolos da ancestralidade africana presente no lugar. E3, por sua vez, ressalta a importância dos grupos folclóricos, como a quadrilha junina e o grupo bumba-meu-boi como tradições transmitidas através das gerações, enquanto alguns participantes da roda de conversa identificaram a produção de farinha nas diversas casas de forno como modo de manter as práticas realizadas pelos seus antepassados escravizados, mencionando-se a existência de uma roda de ferro na residência de um morador conhecido como “Seu Preto”, que continua sendo utilizada para esta produção desde o tempo dos escravizados.

Faz-se necessário observar, entretanto, que a valorização da cultura local tendo como objetivo o desenvolvimento do turismo oferece o risco de sua transformação em algo exótico para o consumo dos turistas, o que pode prejudicar as comunidades receptoras, tal como observa Santos (2019, p. 36):

Assim, a produção acadêmica menos crítica considera que o Grand Tour foi a origem do Turismo Cultural, em que a principal motivação de viagem envolveu algum aspecto da cultura. Porém, deve-se questionar o porquê de o turismo ser uma atividade consumidora de cultura. Nos tempos do Grand Tour, o conhecimento sobre outras culturas guardava a intenção do seu julgo, da sua dominação. Na atualidade, tal julgo pode ser compreendido pela transformação da cultura em algo exótico, a ser consumido pelo turismo, o que pode trazer graves prejuízos a determinado grupo social.

A atividade turística, em qualquer segmento, decorre, entre outros, de práticas empreendedoras. Ressalta-se que o empreendedorismo tem se tornado uma alternativa em decorrência dos altos índices de desemprego e salários baixos, de modo que, tanto o governo, quanto as empresas, estão incentivando as pessoas a terem seus próprios negócios. Para Nascimento (2018, p.14):

O empreendedorismo ganhou força à medida que é associado a uma solução frente às consequências da reestruturação produtiva (desemprego, baixos salários, trabalho flexível/informal). Por isso têm sido frequentes os discursos que fomentam o empreendedorismo individual [...]: ora em programas governamentais e projetos sociais como solução de inserção produtiva, ora em ações de empresas para despertar vocação e identificar oportunidades de negócios. Nessa lógica, as atividades autônomas e os pequenos negócios ganham novos significados e as ações de formação direcionadas ao setor do empreendedorismo se proliferam não só no campo econômico, mas no

dinamismo social.

A relação entre turismo e empreendedorismo foi apontada na roda de conversa. Conforme RC5:

É, quando eu ouço assim a palavra turismo, o que vem na minha mente é renda, renda. Porque depois que chegou o turismo em Barreirinhas... Melhorou muito. A qualidade foi outra. Por quê? Porque hoje tudo que a gente leva em Barreirinhas... A gente vende. Então o que é? Já é uma renda. Uma rendazinha extra que vem pro empreendedor.

Para RC2, o turismo é compreendido como um meio de gerar renda por meio de uma produção, mencionando a melhoria na produção de cereais e alimentação, enquanto RC1 entende o turismo como uma oportunidade de empreendedorismo e desenvolvimento para a comunidade, destacando a importância de mostrar a cultura e o artesanato local.

RC6, todavia, apresentou opinião diferente, no que se refere à possibilidade de desenvolvimento da atividade turística na comunidade. Para ele, sua idade avançada o impede de atuar na atividade, não tendo, portanto, o que oferecer ao turista e não identificando em que o turismo poderia contribuir para a sua vida.

Para além dos discursos de valorização do empreendedorismo, Tavares (2018, p. 107; 119) observa que:

[...] o empreendedorismo, em lugar de atribuir liberdade, escraviza, uma vez que o capital se apropria de todo o tempo do sujeito empreendedor. Essa relação, [...] obriga os trabalhadores a se confrontarem diretamente com o mercado, pelo que são canceladas a proteção social e a possibilidade da luta de classes. [...] Ao transformar trabalhadores em empresa, [...] quem se beneficia é o capital. A pequena empresa é a forma encontrada pelo capital para se apropriar de todo o tempo do sujeito, pela via do convencimento. Sem que disso tenha consciência, ao criar, ele mesmo, a condição de empregabilidade, o trabalhador troca a proteção social por uma ideia de liberdade que, [...], retira de si a possibilidade de obter qualquer conquista/concessão do capital, pela sua relação direta com o mercado.

O estímulo ao empreendedorismo na contemporaneidade acompanha pautas identitárias, a exemplo das questões raciais, surgindo o chamado “afroempreendedorismo”. Abordando a relação entre ele e a atividade turística, Araújo de Oliveira (2020, p.60) afirma que:

O afroempreender em turismo também auxilia ao mostrar que o negro é mais do que mão de obra no turismo. Ele pode ser o que ele quiser, turista e também dono do próprio negócio, embora dificilmente seja assim retratado na sociedade. A proposta é que outras pessoas possam ver os empresários negros como exemplos, normalizar que eles também ocupam este espaço.

Em relação à gestão das práticas turísticas em comunidades, observa-se o crescimento de iniciativas do chamado turismo de base comunitária ou TBC. Esse modo de administrar o turismo requer o protagonismo da comunidade e, conforme Arruda e Gonçalves (2020, p.108) ele:

[...] contrasta à lógica homogeneizante e massificada do turismo convencional, conclamando os visitantes a experimentarem detalhes do modo de vida tradicional das comunidades receptoras, entrando em contato com as especificidades da culinária local, além dos costumes, crenças, hábitos e rotinas dos territórios submetidos a essa nova forma de 'fazer turismo'.

Assim, o TBC permite que a própria comunidade assuma a liderança e mostre sua realidade. Os turistas conhecem a culinária, os costumes, as crenças e o modo como realizam as atividades cotidianas.

Durante a entrevista, E1 observa “[...] um turismo voltado pros grandes empresários, empreendedores, pousada, mas o turismo local, que é a comunidade, o turismo de base comunitário, ele deixa a desejar, entendeu?”.

Convém destacar que o TBC está para além de promover práticas turísticas em comunidades tradicionais ou de baixa renda, destacando-se, entre suas características, o já mencionado protagonismo dos anfitriões, mas também a possibilidade de o turismo contribuir para a união da comunidade, ampliar o senso de pertencimento e a autovalorização, bem como a melhoria da qualidade de vida. (IRVING, 2009).

‘ E4 acredita que o TCB traria mais empreendimentos e benefícios para a comunidade, que teria sua produção valorizada. E2, por sua vez, também considera que o TBC gera renda e benefícios, que o trabalho coletivo é fundamental para o crescimento da comunidade e que o turismo contribui para o reconhecimento da sua história e cultura.

Ressalta-se que o TBC abrange questões relacionadas a autonomia e resistência (Oliveira, 2024). Consiste na própria comunidade decidindo como a atividade turística será realizada em seu território e quem dela participará, utilizando-se o turismo como um meio para expressar suas lutas e sua identidade.

Verifica-se, entre os entrevistados e participantes da roda de conversa, a valorização das ações realizadas comunitariamente. E5 reforça a importância do respeito e da união dentro da comunidade, que, há alguns anos, se reunia para discutir temas importantes e compartilhar conhecimento. Ele destaca que a comunidade foi fundamental para o desenvolvimento pessoal e coletivo, possibilitando que as pessoas aprendessem novas habilidades, na agricultura e na educação. RC5 ressalta a importância de

compartilhar a história e o sofrimento dos antepassados, pois é através disso que se encontra a força para seguir em frente.

Para Ferreira e Moreira (2024, p.3):

A prática do turismo em Comunidades Quilombolas pode ser considerada como estratégia para o desenvolvimento local e também para o resgate da autoestima dos moradores, na medida em que ocorre a valorização da identidade cultural, incentivada pela presença de moradores dos centros urbanos.

Assim, verifica-se que o turismo em comunidades quilombolas, quando organizado e administrado pelos próprios anfitriões, pode ser benéfico contribuir para o seu desenvolvimento e para a valorização do seu modo de vida.

Entretanto, na roda de conversa, oito dos nove participantes concordaram que o turismo no povoado deve ser gerido pela própria comunidade, uma vez que eles compreendem como prejudicial o modo como esta atividade tem sido desenvolvida na sede de Barreirinhas e em povoados como Atins, onde os moradores são estimulados ou pressionados a venderem suas propriedades para investidores de outras regiões brasileiras e estrangeiros, descaracterizando as comunidades.

Em relação à segmentação, apenas RC5 considerou que a vocação da comunidade para o turismo está exclusivamente no afroturismo. Para os demais, seria possível desenvolver também o turismo cultural de modo mais amplo e o de natureza:

Nesse sentido, E5 destaca a importância das frutas regionais e das tradições culturais, como a quadrilha e o bumba-meu-boi. RC4 destaca a importância de se apresentar a cultura e a natureza local para os turistas, por meio de passeios de barco, banhos nos balneários, artesanato e visita a casa grande (Figura 1),

**Figura 1:** Casarão ou casa grande



Fonte: Cassia Silva

Finalmente, no que se refere aos elementos vinculados à ancestralidade africana

identificados nas entrevistas e roda de conversa, bem como nas visitas à comunidade, destacaram-se o casarão e as casas de farinha.

De acordo com E1, o casarão tem, supostamente, mais de 250 anos e foi herdado pela família Godinho, que veio de Portugal. O lugar era conhecido como Fazenda dos Macacos, mas foi batizada pela família como Fazenda Santa Cruz devido ao formato do rio, semelhante a uma cruz. Lá havia um engenho de arroz e cana-de-açúcar e um gerador que fornecia energia. Parte do casarão foi destruída, mas ainda apresenta parte de sua estrutura original, não tendo sido tombado como patrimônio histórico até a atualidade.

Quanto às casas de farinha, elas se encontram em funcionamento e estão presentes no povoado e nas comunidades do seu entorno, Tais casas resistem como representações das ancestralidades indígena e africana, considerando as técnicas utilizadas para a produção deste alimento, oriundo da mandioca, bem como as tecnologias empregadas em suas edificações, tal como apontam Santos *et al* (2025).

Faz-se necessário ressaltar, porém, a ausência de referências a terreiros de religiões de matriz africana nas falas dos entrevistados e dos participantes das rodas de conversa. Tal ausência motivou a realização de um complemento da entrevista com E1, em que se buscou focar o seu conhecimento sobre esses lugares. Assim, E1 conheceu dois terreiros no povoado, um pertencente a Dona Santa, no qual eram realizadas festas, inclusive com convidados de fora da comunidade, e outro pertencente ao Sr. José Antônio. O terreiro da D. Santa deixou de funcionar devido a sua idade avançada. O Sr. Antônio, por sua vez, tornou-se evangélico. E1 lamenta o preconceito em torno deste aspecto da cultura do povoado, que deveria ter sido mantida e fortalecida.

Verifica-se, portanto, que a comunidade apresenta elementos característicos da ancestralidade africana e potencial não apenas para o afroturismo, mas para outros segmentos, desde que os direcionamentos para esta atividade estejam vinculados ao protagonismo da comunidade.

## **Conclusão**

As comunidades quilombolas seguem em luta pela manutenção de sua existência e algumas delas têm encontrado, no turismo, meios para a valorização de sua cultura. Em Barreirinhas, observa-se que parte dos moradores da comunidade quilombola Santa Cruz tem atuado para empreender, a partir de seus elementos culturais e naturais, visando tornar-se atrativa para a população de seu entorno, mas também para turistas.

As entrevistas e a roda de conversa realizadas indicam que a referida comunidade apresenta potencial para o desenvolvimento do segmento do afroturismo. Este combate se faz necessário na comunidade quando se observa que elementos históricos e culturais vinculados à ancestralidade africana dos moradores tem sido ocultados, a exemplo das práticas relativas às religiões de matriz africana.

Em relação ao turismo de base comunitária, os participantes da pesquisa demonstraram que esta seria uma opção importante para garantir a obtenção de renda, a união da comunidade e a manutenção de seus territórios.

Como elementos vinculados à ancestralidade africana com possibilidades de se tornarem atrativos turísticos, os participantes ressaltaram o casarão histórico, presente na localidade desde o período da escravidão, e as diversas casas de farinha, que mantém a tradição afro-indígena no modo de produzir este alimento.

### **Agradecimentos**

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e do Instituto Federal do Maranhão para o desenvolvimento desta pesquisa.

### **Referências**

ARAÚJO DE OLIVEIRA, N. Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 42–63, 2020. Porto Alegre, 2020.

ATAÍDE JUNIOR, F. **A Ocupação e o Ordenamento do Território Turístico no Município de Barreirinhas (MA)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BATISTA NETO, A. C. **A potencialidade do Afroturismo no Ceará: Terreiros de Candomblé de Fortaleza como atrativos turísticos**. 2022. Monografia (Graduação em Turismo) - Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

IBGE **Cidades e Estados**. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/barreirinhas.html#:~:text=Barreirinhas%20\\*](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/barreirinhas.html#:~:text=Barreirinhas%20*)>. Acesso em 21 jun. 2025.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro:

Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

ABREU, Mariana Freitas; LIRA, Rodrigo Anido. A Visão da Gestão Pública Municipal sobre o Turismo Cultural como Alternativa para o Desenvolvimento Local de Campos dos Goytacazes/RJ frente ao Plano Diretor. Seminário de Integração. **UCAM – Campos**.

NASCIMENTO, E. Q. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. In: Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES, 3, Vitória, novembro, 2018. **Anais [...]** 2018.

ROTA dos Quilombos **Guia Turístico Vale do Jequitinhonha**. CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva: s/d

ROTA dos Quilombos. Quem Somos. c2025. Disponível em: <<https://rotadosquilombos.com/quem-somos/>> Acesso em 22 jun. 2025.

QUILOMBOS da Ribeira. Comunidades Quilombolas do Vale da Ribeira. c2011 Disponível em: <<https://www.quilombosdoribeira.org.br/>> Acesso em 22 jun. 2025.

SAHAIDAK, A. **Turismo em uma comunidade quilombola: a cultura com suas possibilidades e alcances**. In: ENCONTRO SEMINTUR JR. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

SANTOS, R. F. **Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, M. A. C; COCOZZA., F. DEL. M; C. D. DA PAZ; SOUSA, V. R. A casa de farinha e suas relações campesinas. In: SOUSA, J. S. de; PINHEIRO, A. R. S (orgs). Economia, turismo, cultura e políticas públicas: desafios e perspectivas para o desenvolvimento regional sustentável Guarujá-SP: Científica Digital, 2025.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TAVARES, M. A. O Empreendedorismo À Luz Da Tradição Marxista. **Revista EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, p. 107-121, 2018.